

AUTORIZAÇÃO Nº 3394 /2014

I. Do Pedido

O Centro Paroquial e Acção Social Pe Manuel Gonçalves, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 60, 2870-363, Montijo, notificou um tratamento de dados pessoais com a finalidade de gestão de utentes.

- a) Os dados pessoais objeto de recolha são os seguintes: dados pessoais do utente e agregado familiar, renda de casa ou prestação do empréstimo, dados sobre a saúde do utente e foto do utente;
- b) Os dados são recolhidos de forma direta, presencialmente e por impresso;
- c) São comunicados dados ao Centro Regional de Segurança Social de Lisboa
- d) Não se verificam interconexões nem fluxos internacionais de dados para países terceiros;
- e) O prazo de conservação de dados pretendido é o período em que a criança permanece na instituição;
- f) O exercício do direito de acesso é feito por escrito;
- g) As medidas de segurança indicadas são cópias de segurança e password de acesso à informação.

II. Da Análise

Porque em grande parte referentes à saúde e à vida privada, os dados dos utentes dos serviços prestados pela requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados ou seus representantes legais, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 7º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro (LPD).

Por esta razão é necessário o «consentimento expresso do titular», entendendo-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

O consentimento, como se afirmou, tem de ser informado, pelo que, nos termos do artigo 10.º da LPD, deve conter os elementos aí previstos, designadamente, a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (artigo 5º, n.º1 alínea a) da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cf. alínea b) do mesmo preceito) e não se afigura como excessiva.

Nos termos do artigo 7.º n.º 4 da LPD o tratamento de dados referentes à saúde deve ser efetuado por um profissional de saúde obrigado a sigilo e devem ser garantidas medidas adequadas de segurança.

Aos titulares dos dados ou aos seus representantes deverá ser assegurado o direito de conhecer e corrigir os dados que lhes respeitem.

Aos membros do agregado familiar, cujos dados sejam recolhidos, deverá ser garantido o direito de informação, bem como deverá ser obtido o seu consentimento para essa recolha.

A requerente não indica a finalidade da comunicação dos dados ao Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, nem os dados objeto dessa comunicação. Face à atividade desenvolvida pela requerente presume-se que essa comunicação tem por finalidade o cumprimento de obrigações legais, devendo ser comunicados apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento dessa finalidade.

Independentemente das medidas de segurança adotadas pela entidade responsável pelo tratamento, é a esta que cabe assegurar o resultado da efetiva segurança da informação e dos dados pessoais tratados.

### III. Da Conclusão

Em face do exposto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º, da alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º e do n.º 1 do artigo 30.º da LPD, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Centro Paroquial e Acção Social Pe Manuel Gonçalves;

Finalidade: Gestão de utentes;

Categoria de Dados pessoais tratados: dados de identificação do utente e agregado familiar, renda de casa ou prestação do empréstimo, dados sobre a saúde do utente e foto do utente;

Entidades a quem podem ser comunicados: Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo;

Formas de exercício do direito de acesso e retificação: por escrito para a morada do responsável ou para o email [secretariacparoquial@gmail.com](mailto:secretariacparoquial@gmail.com);

Interconexões de tratamentos: Não há;

Transferências de dados para países terceiros: Não há;

Prazo de conservação dos dados: o período de permanência da criança na instituição.

Lisboa, 22 de abril de 2014

Maria Cândida Guedes de Oliveira (relatora), Luís Barroso, Ana Roque, Helena Delgado António e Luís Paiva de Andrade



Filipa Calvão (Presidente).